

AS INVENÇÕES DE MIGRANTES

Eduardo M. Ribeiro*

I

Nos últimos anos, cresceu a quantidade de pesquisas sobre os lavradores do Jequitinhonha que viajam para trabalhar algum tempo em outras regiões.⁽¹⁾

O assunto recebe um tratamento muito parecido em quase todos os trabalhos, independente do pesquisador. De acordo com a maioria dos autores, as viagens anuais de lavradores começaram a partir da década de 70 com a implantação dos reflorestamentos nas áreas pobres e

planas das chapadas. Dizem eles que estas terras eram de uso livre para os lavradores que moram nas grotas (as terras perto dos rios, mais férteis). Com a grilagem feita pelas reflorestadoras, acabou a possibilidade dos camponeses continuarem retirando da chapada os frutos, a madeira e a lenha - que complementavam de forma importante sua economia -, e criou o mercado de terras na região.

Pressionados pela escassez de terras, de recursos naturais, queda da produção e da renda, só restou aos lavradores das grotas a ida para São Paulo como alternativa de sobrevivência. O terreno da família, de acordo com a maioria dos autores, vira um pouso onde o lavrador fica a parte do ano que não está em São Paulo. Diversos autores comparam estes lavradores a andorinhas, que passam verão e inverno em lugares diferentes.

O resultado destas mudanças tão constantes tem sido dissolver ou enfraquecer os laços da cultura, da lavoura, da família, da religião. A pobreza dos lavradores fica cada vez mais acentuada: viajando, descuidam do sítio, e são novamente forçados a viajar. A migração, como resposta às dificuldades, torna-se um destino. Os autores tratam assim deste tema, com muito pouca variação. ⁽²⁾

O objetivo deste texto é discutir esse destino tão fatal. Parte de uma área bem delimitada e analisa a terra e a produção. Deixando de tratar os camponeses por aquilo que eles são em alguns momentos - trabalhadores em São Paulo, como em outros momentos são garimpeiros, diaristas, grevistas, filhos, pais, avós - procura entender o significado e a circunstância da viagem para São Paulo na sua vida.

II

A maioria dos estudos sobre os migrantes do Jequitinhonha deixa de lado algumas relações muito importantes para compreendê-los como camponeses; não costumam levar em conta a sua lógica e buscam explicações em razões que estão fora dela. Os estudos constróem oposições: reflorestamento/migração; empobrecimento da terra/migração; migração/aculturamento. Estes dilemas simples mais ocultam que revelam sobre o que existe de particular na vida dos lavradores. Mesmo quan-



Foto: Maria Cristina S. Costa

do os estudos são feitos para apoiar as lutas camponesas, costumam negar suas características particulares, sua história, seu movimento, sua continuidade e sua identidade.

Acredito que os principais problemas das análises são os seguintes:

- A generalização: O tema da migração é posto para toda a região do Jequitinhonha, sem diferença, como se fosse um movimento único, geral e obrigatório. Ao proceder dessa forma, deixam de levar em conta as características particulares de cada área (área de reflorestamento, café ou criação; terras concentradas ou mais divididas; de ocupação antiga ou recente, etc.). Características especiais de região, podem representar estratégias diversas por parte dos lavradores. E aí, mesmo a migração - fenômeno tão invariável - pode ter sentidos completamente diferentes.

- A história: A maioria dos autores inaugura as migrações da região nos anos 70: é a chegada do eucalipto que desencadeia as viagens para o Sul. Também, é o reflorestamento que atíça a curiosidade dos pesquisadores e faz com que eles busquem relações entre eucaliptal e migração. Mas, desde pelo menos a última década do século XIX (1890), são frequentes as viagens de lavradores do Vale para colher safras em outros lugares. De acordo com Lanna (1989), a substituição dos escravos no café da Zona da Mata mineira foi possível porque as colheitas passaram a ser feitas por trabalhadores temporários saídos do Jequitinhonha. O jornal "O Serro", entre 1890 e 1895, fez campanha contra as viagens dos lavradores para a colheita na Mata: deixavam os fazendeiros da região, de abril a setembro, sem diaristas. Ferreira (1934) descreve a participação ativa - e temporária - dos trabalhadores do Jequitinhonha para colher café e derrubar matas no Vale do Mucury, nas décadas de 1920 e 1930. A tradição oral do Jequitinhonha fala dos "cacaieiros", trabalhadores que iam e voltavam para o trabalho na Mata ou no Mucury, levando um saco ("cacaí") nas costas. A pesquisa que fizemos revelou que os agricultores daquela área participaram de trabalho temporário em quase todas as frentes agrícolas de trabalho do Centro-Sul do Brasil nos últimos 50 anos: Paraná (1950-60); Mucury (1930-60); Sul de Goiás (1960-70); Mato Grosso (1950-70), na construção civil (1970) e corte de cana em São Paulo (1980-90), depois de esgotadas as frentes. E regressaram, e criaram família, e plantam conforme aprenderam. Quando os autores começam a história pelo eucaliptal, estão usando um marco que é deles, autores. O reflorestamento tem um profundo impacto na região, mas não parece ser o causador das viagens a São Paulo.

- O movimento: A atitude de quem analisa o trabalho do lavrador que vai para São Paulo, tomando como referência a expansão do capitalismo ou do eucalipto, em geral retira do lavrador qualquer possibilidade de ação. Nega sua capacidade de iniciativa: ele apenas reage, responde a uma ação de fora; é objeto imóvel nas mãos de um destino inimigo. Os autores não vêem condições de haver movimento do pessoal da grota; não existe possibilidade destas pessoas serem concebidas como cidadãos, pois a análise já é, desde a origem, negadora da sua capacidade de influir em seu próprio destino.

- A ruptura: O lá e cá da vida dos lavradores são vistos como compartimentos separados, duas vidas diferentes. A vida é resumida a um ano - um determinado tipo de ano - que se repete sempre. O pesquisador constrói um lavrador de personalidade dividida, e por isto conclui que sua comunidade, seu mundo, sua lavoura também se desfazem. Mas, o que explica a remontagem anual da família e da produção? Qual mágica sustenta o calendário de festas, mantém a lavoura da grota e continua a produzir camponeses?

- A identidade: Em todos os textos e para todos os agentes, o lavrador do Jequitinhonha é migrante. Para ele próprio, trabalhador, este nome é estranho: ele nunca o adota. O nome procura definir um sujeito, mas define apenas uma situação. É nome que dá idéia de constância, de continuidade. Mas se é verdade que as viagens para São Paulo acontecem todo ano, os sujeitos que fazem estas viagens são sempre os mesmos? Se a viagem é uma experiência na vida de todos os lavradores do Jequitinhonha, ela é duradoura na vida de todos eles?

Foi propondo essas questões em nossa pesquisa de campo que chegamos a respostas inteiramente diferentes daquelas que vimos atrás. Naturalmente, elas têm validade apenas para a área pesquisada. Mas deixam muitas dúvidas sobre as análises da região.

III

A área que estudamos é formada por chapadas, agora cobertas por eucaliptos, e grotas, acupadas em sua maior parte por unidades de produção familiares.

Os lavradores dizem que o lugar lá é quase todo "fraco de fazendeiro", ou seja, existem poucas fazendas. A grande maioria das famílias produz mantimentos e algum gado, dos baixos das terras de cultura até os altos nos carrascos, lugares onde é possível plantio e criação. A chapada é incompatível com este sistema de produção, porque não possui ferti-

lidade natural. No tempo da seca, aqueles que têm mais recursos, fazem farinha, goma, rapadura ou cachaça. E todos, quase sem distinção, garimpam nos rios, ou nos córregos da margem esquerda do Jequitinhonha.

As famílias são grandes e quase todas moram em suas próprias terras. Os agregados são raros.

A posse da terra é muito pulverizada ali na beira do Jequitinhonha. As poucas fazendas que existem nesta parte usam mais trabalho que capital: trabalho do meeiros, terceiros ou diaristas, geralmente para produzir também mantimentos, cachaça, farinha ou rapadura. Elas se sustentam mais pelas relações que estabelecem com seus parceiros mais "fracos" que pela posse de capital. Quando desaparecem essas relações, a fazenda também se desagrega.

No lado do rio Itacambirucu os terrenos são maiores e o povoamento é mais ralo. Mas a produção não é diferente. Nem as fazendas: são poucas e tocadas no mesmo sistema.

Comum às duas margens e aos dois rios é a situação da posse. A formalização da propriedade é sempre precária. São manuscritos de partilha, guias de arrecadação do INCRA, títulos de propriedade de 2 alqueires "comandando" 50, e assim por diante.

Na beira do rio Jequitinhonha a terra foi herdada. E repartindo sempre entre muitos herdeiros antigos, a fonte de documentação original se perdeu, se é que chegou realmente a existir algum dia. No entanto, dentro das comunidades, o direito de controle sobre os terrenos herdados ou comprados é incontestável.

Na beira do rio Itacambirucu a terra foi ocupada em anos recentes, e a documentação não só é discutível, como é discutida. São disputas sem termos, porque a base de todo direito é a mesma posse, e termina por valer a força do braço, da faca ou da bala: coisas impensáveis na beira do Jequitinhonha, onde toda posse é estável, ratificada, consensual.

Nos dois rios a terra é passada e recebida em herança, mas não é para todos os filhos. Principalmente, não é para as filhas. Mulher não herda a terra: ou se casa com alguém que é herdeiro, ou vai embora do lugar, procurar casamento ou serviço fora. E aqui aparece a nossa primeira migrante.

Se a mulher não se casa com um proprietário, fica sem terra, porque a herança paterna quase sempre vai para os irmãos. Mesmo em alguns casos, onde a moça é filha única, seu direito costuma ser posseado pelos tios, que suprimem também os direitos de viúva em caso de morte do pai e marido.

Os filhos herdam. Mas, na beira do

Jequitinhonha, não são todos. São apenas aqueles que têm "jeito para a lavoura" ou que "não deram certo" em outros lugares. Na terra herdada, o lavrador vai montando seu terreno até constituir uma propriedade completa, com roça, pastagens, reserva de floresta e um direito de "solta" de gado nas chapadas ou nas grotas mais esconsas, que ainda são de todos.

É a luta de uma vida. A terra é escassa, porque as culturas são poucas, e fora das culturas não é possível plantar. As chapadas só servem para as "soltas" de gado. Adquirir terra de cultura bastante para botar lavouras suficientes para sustentar a família pode levar muitos anos.

Montar um terreno é um serviço demorado: formar o pomar, a casa, adquirir as aguadas que precisa. Contam para isto com o trabalho dos muitos filhos que vieram e virão, o serviço barato dos filhos. Da infância à adolescência eles acrescentam ao patrimônio da família, e já é um caminho para ir resolvendo de quem será a terra no futuro, ou entre quantos será dividida a terra que a família acumula. Além do número de filhos, influi nisso tudo a organização do trabalho, os bons negócios, as boas lavouras, o tamanho da criação.

Mas a base de tudo é a lavoura, roça de mantimento tocada por todos da família que dão conta de aguentar a enxada. Os lavradores plantam cana, mandioca, milho, muitos tipos de carirús, feijão de arranque, andú, feijão de corda, fava.

Para manter a lavoura produzindo sempre, e bem, a família precisa fazer rotação da terra: deixar a área de lavoura "descansando" por alguns anos. A brotação do mato repõe a fertilidade natural pela decomposição de folhas e galhos, como uma adubação, só que verde. E elimina as "miunças", as ervas rasteiras que concorrem com os mantimentos e dificultam sua limpeza quando rendem mais. Por isto, cada família precisa de um terreno de cultura várias vezes maior que sua área de lavoura. Quanto mais longo puder ser o período de descanso da terra, tanto melhor será a sua produção. É a forma de conseguir o melhor e mais equilibrado rendimento da terra, com o menor custo de desgaste. Alguns autores consideram esse sistema atrasado e antieconômico.

Quanto maior a terra de cultura, mais longo é o período de rotação, mais estável a produção e o sustento da família. Menor área de terra significa uma rotação mais curta, menor conservação do solo e reposição de fertilidade: apuro certo para o lavrador. Quem não dispõe de terreno para fazer rotação, é obrigado a consegui-lo fora, nas terras de vizinhos, fazendo meia ou terça (parceria com a cessão da metade ou de terça parte da produção para o

dono da terra). Ai, de fato, aparece um problemão: como as terras de culturas são escassas na região, as condições de parceria não são favoráveis ao cultivador. No caso mais comum - a terça - um terço do produto é convertido em renda da terra.

Naturalmente, todos procuram escapar da parceria. Mas, nem sempre é possível. Por isto, nas terras de grotas, quase sem preço de mercado, existe a cobrança de uma renda que não encontra paralelo em quase nenhum lugar do Brasil. Esta situação é explicada pelo sistema da rotação e repartição das terras.

IV

Das margens do Jequitinhonha todo ano saem centenas de trabalhadores para cortar cana nas usinas em São Paulo. Mas não são todos os homens que vão. Saem apenas os rapazes e os recém casados. Antes de casar, nenhum agricultor deixou de ir a São Paulo (ou ao Paraná, ou a Goiás, ou Mato Grosso, dependendo da idade). Depois de formada a família, dificilmente qualquer lavrador vai mais que duas, ou no máximo, três vezes trabalhar fora. Nossa pesquisa mostrou que não existe um migrante qualquer, que se movimenta em reação à ocupação das chapadas pelas reflorestadoras. Não existe, neste caso, nenhuma relação causal entre reflorestamento nas chapadas e as viagens para São Paulo. Existem várias orientações para a viagem, motivadas por razões diferentes, com interesses desiguais para cada um.

Trabalhos que paguem bem o dia quase não existem na área: são mínimas as atividades remuneradas na época da seca. Tirante farinha, goma, rapadura e cachaça - de mercados difíceis e com preços "na bacia das almas", renda incerta demais - as alternativas fora do terreno são muito poucas e mal pagas. Alguma carvoeira, limpa de terrenos, outro serviço miúdo.

Na beira do Jequitinhonha, onde quase todo lavrador tem sua terra, o pai de família criada raramente sai. Existem apenas referências vagas a alguns que poderiam ir, ou que, em casos excepcionais, certamente iriam trabalhar em São Paulo. A família, no seu terreno ou com terra na terça, tendo muitos filhos, tem um estoque de mão-de-obra à disposição suficiente para produzir alimento com fartura, e até para gerar alguma sobra.

Já os rapazes, aí pelo final da adolescência, começam a ir para São Paulo. Vão conhecer o mundo e escolher, se vão de vez, se voltam para casa e ficam no terreno da família. Têm todo o final da adolescência e começo da idade adulta

para resolver o que querem fazer.

Quando retornam de São Paulo, dificilmente trabalham direto no terreno da família. Em geral, "ajudam" em algumas tarefas, mas não sempre, nem o tempo todo. Os pais dizem que o verdadeiro trabalho dos filhos é na cana, em São Paulo. A casa da família é um descanso, um passeio e, até alguma "ajuda". Quem é solteiro e vai para as usinas, é lá que trabalha encarrilhado; no Jequitinhonha, diz o povo, faz "lua de mel". Portanto, dificilmente podemos dizer que estes rapazes têm ocupação "lá e cá", ou que sua viagem desfaz a lavoura da família.

Ao final de um período, no começo da idade adulta, a solução de uma série de tramas leva o rapaz a uma decisão. As tramas da terra, da herança, do casamento, do assalariamento, da família, vão sendo resolvidas pelo tempo e circunstâncias. Daí, vem a decisão: ir para a cana ou ficar no Jequitinhonha.

Quem decide ir, vai de vez, alguma hora. Esses aparecem nas conversas de forma modificada: - "meus filhos estão espalhados..." - "os filhos mais velhos foram de muda para São Paulo". Esses, deixam de ir e vir, deixam de ser camponeses. Como eles não fazem mais o trânsito anual - adquirem casa, vão com suas mulheres - escapam ao rótulo de "migrantes" e das pesquisas. Dentro da classificação universitária e sindical passam a fazer parte de outra categoria, o trabalhador volante, pertencente a outro departamento. Mas eles são o resultado da população camponesa que "sobra", que não pode ficar na terra. É o terreno que não pode mais ser repartido e a escolha complicada da família por um ou dois filhos para herdar que criam o diarista avulso que fica em São Paulo. Ainda é e será sempre herdeiro formal do terreno. Mas todo mundo sabe que é um herdeiro impossível: é um fazendeiro-donar. É só porque produzem diaristas para São Paulo que essas comunidades podem continuar produzindo lavradores.

O filho, ou os poucos filhos que permanecem no Jequitinhonha, quando se casam, recebem um terreno e um nada de capital. Em geral, não pouparam o ganho das viagens de solteiro, tudo é consumo suntuário: moto, armas, som. Nos dois ou três primeiros anos de casados ainda vão para o corte de cana, fazer dinheiro para montar seu terreno. Buscam recurso para comprar um gado, construir uma farinha, botar diarista para fazer uma roça mais vantajada, comprar um lotezinho de terra para acrescentar ao que está herdando. Vai para São Paulo fazer o patrimônio da nova família e para poder ficar pelo menos enquanto for possível - e quase sempre é possível - sem sair de perto de casa.

Depois do casamento as viagens cessam:

viram lembranças e bens materiais. Depois os filhos vão crescendo, e entra mais mão-de-obra. Quando podem compram mais um terreno: uma cessão de herança, um direito de parente.

Os pais de família, na seca, trabalham a dia na região, garimpam, fazem um carvão para os outros. Mas na beira da casa, na distância de um grito, no limite da família. Estes, os que ficam, herdaram a terra com todas as suas responsabilidades e direitos. Pode até ser mais que um filho numa família, quando o terreno permite. Mas o percurso e a lógica são os mesmos.

Mas, por que os lavradores da beira do Itacambirucú - ali muito pertinho, com quase a mesma natureza, sistema de produção e herança - vão pouco para São Paulo? Em parte porque o garimpo lá é bom, rende bastante. Mas é sobretudo porque lá a terra é farta, porque ainda é possível apropriar do terreno de cultura livre, abrir posse e sustentar família sem precisar trabalhar fora. É também porque as posses já abertas, há uma ou duas gerações de lavradores, são enormes e podem ser repartidas entre muitos filhos, que poderão fazer sua rotação de lavoura com sossego.

O tamanho e a situação das posses no Itacambirucú explicam a grande população masculina jovem na região, mesmo numa situação onde o salário-dia chega a ser 2/3 do preço vigente na beira do Jequitinhonha. Posses não pode sair de cima da terra: seu direito é construído com a presença física. Pelo contrário, na beira do Jequitinhonha, o direito sobre a terra é consentido, comunitário, hereditário e exato, mesmo não sendo legal.

V

Osso estudo mostrou a enorme força das relações dos lavradores com a terra, o peso das regras da herança e da exclusão, a vitalidade e equilíbrio dos sistemas de produção (que uma série de autores não se acanha em classificar de "primitivos" e "irracionais"), o jogo complicado de relações dentro da família. Creio que as causas absolutas - o eucaliptal, a "entrada do capitalismo" - devem ser, no mínimo, relativizadas. Pelo menos para a área que pesquisamos. Não existe uma causa única para explicar as viagens para São Paulo, mas uma combinação de tramas, que não tem um eucaliptal no centro.

Isso não quer dizer que a ocupação das chapadas, a grilagem oficializada ocorrida na década de 70, deixa de ter sentido para explicar a situação do povo da grota. Ela tem. Só, que precisa ser bem avaliada, despida de sua carga

simbólica, posta à luz do funcionamento da unidade camponesa, que é, afinal, o nosso sujeito. Não se pode pensar que o lavrador apenas responde às ações externas. Pelo contrário: lavradores criam sobre elas, mostram a vitalidade e energia de quem tem direito de ser cidadão. A literatura bem que poderia admitir isto.

A terra atrai e expulsa. Os lavradores vão a São Paulo em momentos bem definidos, por razões bem precisas e em idades muito determinadas. Vamos encontrar as raízes das viagens na própria terra; uns vão para deixar de ser lavradores; outros, para se perpetuarem como camponeses. No uso, na distribuição e nas condições de produção existentes no terreno, estão as raízes da saída e da ficada. E de saídas temporárias, para ficar, para sempre.

Uma questão que ainda merece ser discutida é a que diz respeito à idéia de "ruptura" dessas comunidades. Não vimos evidências que as viagens dos rapazes ou recém-casados provoquem fraturas nessas comunidades. Viajar, conhecer outros mundos, faz parte da vida das pessoas. Em quase todas as comunidades, muitos dos contadores da história coletiva, lideranças dos grupos e das famílias, pessoas ouvidas e acatadas, são lavradores, como todos ou outros, que já viveram períodos anejos intensos, com experiência em muitas frentes de trabalho. Viajar, trabalhar, escolher o destino possível, não destrói o tecido deste mundo. Pelo contrário, fortalece sua tessitura, dá vitalidade às comunidades, que estão em troca permanente com todo o mundo e que não é só troca de trabalho por dinheiro, como alguns chegam a pensar.

A reflexão pastoral e sindical sobre os trabalhadores migrantes deve levar todas essas questões em conta. De qual trabalhador estamos falando? Quem é ele? Onde sua caminhada se junta àquela do agente e do sindicalista? Às vezes, podemos lidar com uma situação e não encontrar um lavrador, ou tratar como lavrador aquele que já escolheu não ser.

No fundo de tudo está a boa e velha questão da Reforma Agrária, tão necessária a estes como a outros trabalhadores.

Não podemos conceber estes lavradores como objetos nas mãos de um destino. Sendo assim, jamais poderemos crer que

eles possam caminhar por seus próprios pés. Colocando o lavrador como uma presença exótica no plano dos outros - do Estado, da Grande Empresa, da Reflorestadora, destas Maiúsculas absolutas e maquiavélicas - nunca poderemos vê-lo como um sujeito de sua própria causa. Sua ação será considerada sempre apenas reativa. Por este prisma, visto como objeto nas ações dos outros, o lavrador em questão sempre será tido como merecedor de tutela ou piedade. Nunca digno de cidadania.

* Eduardo M. Ribeiro é Economista, Mestre e Doutorando em História, do Dpto. de Economia da PUC/MG e Assessor da CPT.

NOTAS

(1) Este trabalho é um dos resultados de uma pesquisa que realizei junto com o pessoal do CAMPO-Vale, em 1992, nas beiras do rio Itacambirucú e Jequitinhonha, nos municípios de Minas Novas, Turmalina, Berilo, Cristália, Botumirim e Grão-Mogol, no Estado de Minas Gerais.

(2) Sobre este tema consultar Martins (1986); Silva (1988); Silva (s.d.); Silva (s.d.); Medeiros Silva (1990); Rios Neto e Vieira (1990); SPM, entre outros.

TRABALHOS CITADOS

- FERREIRA, Godofredo (1934). "Bandeirantes Modernos". Teófilo Otoni, S.E.
- LANNA, Ana Lúcia D. (1989). "A Transformação do Trabalho". 2a. Ed., Campinas; Ed. Unicamp.
- MARTINS, José de Souza (1986). "Não há terra para plantar neste verão". Petrópolis; Vozes.
- MEDEIROS SILVA, Napoleão (1990). "Vale do Jequitinhonha: incorporação e transformações estruturais". In: Nabuco, M. Regina (org.) "Contradições do Desenvolvimento Agrícola em Minas Gerais". B.H.; CEDEPLAR/UFMG.
- RIOS NETO, Eduardo e VIEIRA, Paula M.R.D. (1990). "Mulheres de Migrantes Sazonais no Vale do Jequitinhonha-MG". In: Nabuco, M. Regina (org.) "Contradições do Desenvolvimento Agrícola em Minas Gerais". B.H.; CEDEPLAR/UFMG.
- SILVA, Ma. Aparecida (s.d.). "As mulheres de grotas e veredas". In: SPM, S.L., mimeog.
- SILVA, Ma. Aparecida (1988). "Como expulsar o camponês do proletário". S.L., mimeog.
- SILVA, Ma. Aparecida (s.d.). "Quando as andorinhas são forçadas a voar". S.L., mimeog.
- SPM (s.d.). "Migrantes Temporários: Peregrinos da Resistência". S.L., mimeog.



Foto: Pedrão